

# Discurso de Despedida do Conselheiro Honório Rocha

“É sempre solene a cerimônia que marca a posse dos dirigentes do Tribunal de Contas de Pernambuco. A solenidade não está na pompa externa ou na manifestação de exterioridades outras.

Está implícita, incrustada, ínsita na própria natureza do ato celebrado. Relevante ato, contendo o significado maior da responsabilidade imposta pelo próprio Tribunal.

Quis Sua Excelência, o Presidente eleito, Cons. Carlos Porto de Barros, não houvesse exteriorizações em sua posse, nem mesmo convites ao público. Os que aqui comparecem, fazem-na pela distinção da amizade. O ato, porém, é público e se reveste da característica profunda das celebrações ínfimas a ser ignoradas. Patenteia-se sua grandeza e ressalta-se o significado de sua efetivação, em data prevista na Lei orgânica, para o primeiro dia útil do mês de janeiro.

A simplicidade, contudo, não lhe tira o brilho e o caráter eminentemente solene, pela presença dos que a este Tribunal emprestam, de modo incansável, a dedicação do seu trabalho, a luz de suas inteligências, a força de sua vontade construtiva, o empenho revelado, a cada dia, na labor das tarefas desempenhadas, com consciência, amor e senso profissional patentes. Seus Funcionários.

Tal circunstância me induz e me conduz, também, a tecer considerações pertinentes, a meu ver, quase coloquiais pela maneira com que, ao longo do meu mandato, falei a todos e a cada um dos nossos servidores.

Estamos vivendo, ainda, o ciclo do Natal, de inesgotáveis ensinamentos para a vida individual e comum. Ocorreu-me a lembrança do Profeta Isaías, 40, 3 – “Vox clamantis in deserto; parte viam Domini, rectas facite in solitudine semitas Dei nostri”. Encham-se os vales com a prática da virtude, removam-se os montes do orgulho e da suficiência presumida. Isaías Profeta, que é repetido por São Mateus 3, 3 com as mesmas palavras de chamamento e advertência. O clima é, portanto, propício para

reflexões, para o amadurecimento de atitudes e normas da vida.

Não podemos nos enganar. Não é bom nos enganar. Preparar o caminho do Senhor, na linguagem mais pura de que a Vida de Deus nos veio por Cristo. Ele próprio se revelou como Caminho, Verdade e Vida. Caminho de retidão, não de subterfúgios, caminho da luz do dia, não da escuridão e das trevas das noites. Caminho conduzindo à Verdade, não à mentira. Verdade aclarada pela luz da esperança. Verdade que não deturpa a inteligência, tão vilipendiada, hoje, pelo golpe dos espertos. Ele, Caminho, Verdade e Vida, chegou até nós para nos ensinar a conduta reta, a leal sinceridade, não a esperteza, sempre repelente.

Ele veio para alicerçar valores e não deformações de caráter ou de comportamento. Veio para transformar e enriquecer com a plenitude de Sua graça nossa fraca natureza.

Creio que a recordação destas verdades, tão antigas e tão novas, pode nos ajudar na condução de nossa vida, seja pessoal, seja profissional. Não nos esqueçamos nunca de que somos pessoas e, conseqüentemente, sujeitos de direito, sendo o primordial deles o respeito mútuo para a convivência social. Somos, por natureza, obrigados a conviver. Nem sempre, contudo, a confiar. São lições que a vida nos ensina.

Dentro deste contexto cristão, podemos nos situar individualmente e socialmente. Pessoal e profissionalmente.

E nossa profissão é exercida neste Tribunal, que integra nossa vida, tal a presença dele em nosso cotidiano.

O Tribunal tem sua importância constitucional e institucional. Mas, estas características não são entes de razão ou seres abstratos. Cada um de nós encarna a própria missão do Tribunal. E o fazemos pela dedicação ao trabalho, pela vigilância, pelo zelo do bem público no âmbito das administrações, pela segu-

rança e firmeza de nossas posições, pela compreensão para orientar, pela paciência em repetir, pela perseverança em não desistir, pelo ensinamento das palavras e, mais ainda, pela contundente afirmação do exemplo. “Verba movent, exempla trahunt”.

Estou entregando, hoje, o bastão da Presidência ao Cons. Carlos Porto de Barros. Ato tantas vezes repetido nesta Casas por outras administrações. Com ele, tomam posse, ainda, os Conselheiros Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho, Vice-Presidente e Severino Otávio Monteiro Raposo. Corregedor. Homens experimentados. Já testados na vida pública. Detentores de qualidades de todos reconhecidas. Côncios de suas responsabilidades. Assim, a vida do Tribunal continua, buscando efetivar sua finalidade, exercitando os poderes de que é revestido, para cumprir, com altivez e humildade, o dever que lhe incumbe.

Tive a honra incomensurável de presidi-lo. Tenho consciência de que dignifiquei o cargo a que fui conduzido por meus pares. Busquei servir, e sempre. Jamais servir-me, como se exige de quem tem a noção exata da responsabilidade assumida.

A equipe por mim escolhida, com a colaboração efetiva e afetiva de todos que formam o Tribunal, na sede, contando com a presença, também, dos que mourejam nas Inspetorias Regionais, executou um trabalho digno de toda exaltação e reconhecimento. Fui e fiz questão de ser um juiz de partida, que não apareceu. O jogo foi excelente nos seus resultados.

Meus dias, entretanto, foram breves, na Presidência. Bem menos do que eu contava, mesmo com a certeza da compulsória em agosto próximo.

Foram, porém, vividos com tal intensidade e vontade de realizar que, apesar de reduzidos, expressam uma administração de muitos frutos alcançados. Não apenas materialmente falando, mas sobretudo e acima de qualquer posição, voltada para os recursos humanos, para o respeitoso trato do pessoal, como sempre convém, e que é a mola mestra dos núcleos de trabalho e ação.

Administração aberta, transparente, participativa, colegiada, como já afirmei em outra oportunidade, tendo a colaboração permanente e pronta de tão dedicados servidores. Sem ela, tudo teria sido esforço em vão.

O Relatório que apresentei na Sessão plenária do dia 14 de dezembro, a última do ano de 1994, mostra e demonstra quanto foi realizado nos múltip-

los setores do Tribunal. Deus nos ajudou a tornar pleno o tempo que esteve à nossa disposição. Não foi longo, na duração. Sem medo de afirmar, foi intenso na vontade de fazer e na efetivação do querer. “Consummatus in brevi, explevit tempora multa”. Verdadeiro milagre de superação e de plenitude.

O espírito de servir, de que falei, no meu discurso de posse, acompanhou-me o tempo todo. Melhor ainda, me acompanha sempre, como luz que me guia os passos e bússola valiosa, inspirando minhas intenções e meus atos.

Lembro, por oportuno, o apoio que tive do Sr. Governador Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti. A compreensão da nossa Assembléia Legislativa, Casa que acolheu alguns de nós em tempo não muito longe.

Foram inúmeros os Projetos enviados, aprovados e sancionados. Criação de cargos; aumento de salários, atribuição de gratificações; adequação de procedimentos para o respaldo da lei em matéria de pagamento aos nossos funcionários; alterações da Lei Orgânica do Tribunal.

Fiquei devendo a aprovação do Projeto de Cargos e Salários. O primeiro que o Tribunal enviou para apreciação legislativa. Não houve má vontade dos Srs. Deputados. Faltou tempo em virtude do tumulto e dificuldades criadas na discussão e aprovação de Projetos de aumento do funcionalismo dos Poderes constituídos. E chegou o término da sessão legislativa.

Em breves dias estará sendo realizado o Concurso, de que está encarregada a Fundação Carlos Chagas.

Devo uma palavra ao pessoal da Empresa. Executa funções humildes, mas necessárias à vida do Tribunal. Não esqueço os Militares da PMPE, vigilantes e responsáveis pela segurança da Casa, tampouco os motoristas, cujos serviços são inestimáveis.

Em dias ainda próximos foram inaugurados os melhoramentos do Posto Bandepe. Contamos com a presença do Presidente Marcos Magela, Diretores e Gerentes. O Tribunal ofereceu melhor espaço e tudo se efetivou para maior comodidade e atendimento do serviço.

Quero agradecer ao Tribunal a oportunidade que tive. Aos meus amigos todos, a fidelidade de sua colaboração. Volto ao batente de Conselheiro com a alma cheia de sentimentos de gratidão e a certeza de

que, com a inspiração de Deus, o Tribunal de Contas continuará a ser, a cada momento, um referencial de respeito e de credibilidade.

À minha mulher, Marta, e às minhas filhas, Maria Amanda e Ana Vitória, dedicadas e compreensivas, o agradecimento de quem sempre encontrou nelas a força e a coragem para o desempenho das missões que até hoje me foram confiadas.

Não posso ter pretensão, – como é que poderia – mas gostaria de dizer com a Apóstolo Paulo na sua 2ª Epístola a Timóteo, 4,7: “bonum certamen certavi, cursum consummavi, fidem servavi. In reliquo

reposita est mihi corona justitiae, quam reddet mihi Dominus in illa die justus iudex; non solum autem mihi, sed et iis qui diligunt adventum ejus”.

Aos ora empossados, Presidente Carlos Porto, Vice-Presidente Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho e Corregedor Geral Severino Otávio Monteiro Raposo os votos de uma gestão profícua, de muita tranqüilidade e harmonia.

Muito obrigado.

Recife, 02 de janeiro de 1995.

Honório Rocha